

A AIDS E OUTRAS FALAS: UMA REFLEXÃO SOBRE METÁFORAS E NEOLOGISMOS RELACIONADOS COM DOENÇAS

Nonato Lima¹

Resumo

O discurso politicamente correto, conceito surgido na década de oitenta, nos EUA, é atualmente muito difundido no Brasil. Discute-se aqui o politicamente correto como base para uma reflexão sobre metáforas e neologismos relacionados com doenças, especialmente a AIDS. Desenvolvendo-se em seguida uma análise do glossário, "AIDS, leia antes de escrever", editado pelo Ministério da Saúde, considerado uma tentativa de oferecer uma terminologia que julga adequada (politicamente correta) para elaboração de textos jornalísticos sobre a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Conclui-se que o discurso politicamente correto tem servido a esforços pela superação de preconceitos lingüístico-sociais, mas ao mesmo tempo pode contribuir para ocorrência de equívocos, quando entendido e praticado de forma sectária e fora do contexto histórico-social.

Palavras chave: Discurso politicamente correto; metáforas; neologismo e AIDS.

Résumé

Le discours politiquement correct, un concept apparu aux années 80, aux États Unis, est actuellement très diffusé au Brésil. On discute le politiquement correct comme base pour une réflexion sur les métaphores et les néologismes concernant les maladies, spécialement le SIDA. On développe ensuite une analyse du glossaire, "SIDA, lisez avant d'écrire"

édité par le Ministère de la Santé, considéré comme une tentative d'offrir une terminologie que l'on juge adéquate (politicament correcte) à l'élaboration de textes journalistiques sur le SIDA et d'autres maladies sexuellement transmissibles. On arrive à la conclusion que le discours

politiquement correct aide à surmonter les préjugés linguistique-sociaux, mais, il peut à la fois contribuer à l'occurrence d'équivoques, lorsqu'il est compris et pratiqué d'une manière sectaire et mis hors du contexte historique-social.

Mots-clé: Discours politiquement correct; métaphores néologisme; et SIDA.

1 INTRODUÇÃO

O "discurso-comportamento politicamente correto" é considerado uma atitude lingüístico-social de respeito às diferenças sociais e culturais mas pode também servir de argumento para atitudes autoritárias. Termos que em algum momento são plenamente aceitos, ao longo da história podem-se tornar proibidos, objeto de restrições e até de repressão.

Neste trabalho, pretende-se refletir sobre o politicamente correto, envolvendo a sua contribuição para as lutas sociais e os problemas que certas atitudes extremistas podem provocar.

Dividimos o texto em quatro partes, sendo a primeira sobre o conceito de politicamente correto, a segunda refere-se a aspectos da linguagem e doenças e as duas últimas partes são uma rápida aplicação, através da análise de alguns termos relacionados com a AIDS.

O objetivo é propor uma discussão do conceito de discurso politicamente correto relacionado a um tema atual e polêmico, AIDS. O interesse pelo tema deriva da vivência do autor no ensino de jornalismo e em consultorias e projetos interdisciplinares de comunicação e saúde pública.

¹ Professor do Departamento de Comunicação Social da UFC, aluno do Programa de Pós-Graduação em Lingüística (Mestrado) da UFC, especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem.

2 O POLITICAMENTE CORRETO

A partir dos anos 80, nos Estados Unidos, surge especialmente entre grupos que sofriam algum tipo de discriminação, o movimento discursivo que ganhou o nome de politicamente correto. Sua prática e sua ética centram-se fundamentalmente na definição de comportamentos lingüísticos que evitem qualquer tipo de discriminação.

Como a palavra é a expressão material de práticas discriminatórias, o movimento funciona como um guia sobre a maneira correta de falar, uma espécie de conjunto de normas que devem ser cumpridas, sob risco de alguma censura ou punição.

Não há uma interpretação única para o politicamente correto, como observa BORGES:

“ a) reação política (ecológica) para proteger o direito daqueles que historicamente vêm sendo discriminados por segmentos de mais poder; b) modismo típico dos anos 80/90; c) prática censória que põe em evidência comportamentos socialmente reprováveis; d) ética que se constitui a partir da insistência quanto à reformulação da linguagem, coibindo certas expressões de nomeação como discriminatórias e proscurendo piadas sexistas ou étnicas, etc.” (BORGES, 1996).

O que seria então o discurso politicamente correto?

“O discurso (comportamento, a linguagem) politicamente correto configura-se como uma estratégia para denunciar situações em que indivíduos, ou grupos, ou segmentos, ou classes são objeto de desvalorização, de estigmatização ou de discriminação por parte de outros grupos, ou segmentos”. (BORGES, 1996).

O autor argumenta ainda que a ética e a militância do politicamente correto agem censurando a linguagem considerada incorreta e perseguem o desejo de estabelecer um *“comportamento lingüístico que prime pelo uso de enunciados e/ou de palavras limpas, neutras, higiênicas, assépticas”*. (BORGES, 1996).

Os procedimentos adotados variam bastante, mas os mais comuns são a substituição de termos “marcados” por termos “neutros”, sugerindo um sentido imanente às palavras, algo que já não se pode admitir, pelo menos sob a ótica enunciativo-discursiva. Nessa busca do termo adequado, da expressão politicamente correta, são muitos os rumos oferecidos pela linguagem: neologismos, eufemismos, paráfrases descritivas etc. mas, não se pode obscurecer o fato de que qualquer dessas possibilidades oferecidas pela língua não deve ser considerada isoladamente:

“Somente na história social é possível encontrar a explicação do que as palavras significa(ra)m em cada

um de seus momentos e situações de uso (complexo de formações discursivas, imaginárias, ideológicas), relativas às diversas posições enunciativas (papéis sociais, filiações políticas etc.) que os sujeitos ocupa(ra)m.” (BORGES, 1996).

Inevitável considerar que as mudanças adotadas pelos que seguem os preceitos do politicamente correto podem dar resultados positivos, podem representar conquistas importantes numa perspectiva das relações sociais e até sob o ponto de vista lingüístico, mas não são substancialmente eficazes se não são acompanhadas de mudanças efetivas na sociedade, visto que os discursos nada mais são do que *“a sociedade falando de si mesma”* (MILHOMEM, 1993). Esse ponto de vista é expresso também em SADER (1993) num artigo sobre políticas públicas para o problema do “menor”, termo que ele prefere, mesmo com a substituição constitucional e legal do termo por “criança e adolescente”, pelo Congresso Nacional Constituinte de 1988. A justificativa para essa decisão parece também uma crítica ao politicamente correto:

“ Pela estigmatização que a palavra “menor” sofre, se decidiu, oficialmente a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na última Constituinte², proscurever a palavra “menor”, utilizando sempre “criança e adolescente”. Mantivemos aqui proposadamente a expressão “menor” porque ela aponta para uma das dimensões do problema - a estigmatização- e, por outro lado, porque a diferenciação é operada pela própria dinâmica social, o que fica escondido por “criança e adolescente”, como se não houvesse no capitalismo brasileiro, uma diferença fundamental entre as crianças e adolescentes das classes populares e os outros”. (SADER, 1993).

O problema da mudança do discurso deveria, assim, ter relação com transformação da realidade social, para não significar apenas tentativa de imposição de sentido ou de controle da polissemia, visto que não se pode esquecer que os valores construídos socialmente podem resistir ao longo da história, mesmo diante de mudanças discursivas determinadas.

BORGES (1996) adverte que em nome do politicamente correto, corre-se o risco de por em uso expressões ou termos absurdos, muitas vezes mais problemáticos do que a fraseologia considerada politicamente incorreta. Dos vários exemplos dados pelo autor cita-se apenas alguns:

- (1) Prostituta – prestadora de serviços sexuais;
 - (2) Baixo – indivíduo verticalmente prejudicado;
 - (3) Gordo – indivíduo horizontalmente avantajado.
- (BORGES, 1996).

² Assembléia Nacional Constituinte ocorreu em 1988.

A crítica que ele faz a tais casos é que o preconceito não foi extinto a partir dessas mudanças discursivas. Chamar uma pessoa baixa de verticalmente prejudicada é apenas uma forma eufêmica de avaliar a pessoa negativamente em função da sua altura julgada como inferior, podendo até conotar uma ironia. Considerar alguém horizontalmente avantajada, seria avaliá-la como “gorda”, mantendo socialmente o que o discurso politicamente correto tenta ocultar. Como será, na realidade social, o tratamento dado a uma “prestadora de serviços sexuais”? Será diferente do momento anterior em que a mesma pessoa era chamada “prostituta”? E mesmo havendo alguma mudança social ou econômica como uma perspectiva “profissional” da prostituição, os próprios movimentos sociais podem manter antigas denominações e com novas práticas sociais. É o caso da APROCE, Associação das Prostitutas do Ceará, que adota a palavra “prostituta” em seu nome, mas toda a sua prática social direciona-se para obtenção de melhoria da qualidade de vida das mulheres, inclusive, apontando alternativas profissionais e de renda fora da prostituição.

Não se pode negar os muitos méritos do politicamente correto, especialmente proporcionando a pessoas e segmentos sociais, o direito a “fazer valer a sua condição de pessoa”. Mas o politicamente correto define-se a partir de uma posição que é histórica/enunciativa/ideológica, e por isso mesmo pode o próprio comportamento politicamente correto incorrer em atitudes incorretas, caso proponha-se a ser único, verdadeiro, impositivo, sectário, intransigente, “detentor do sentido”, já que comprometeria o direito à expressão.

3 A DOENÇA E A LINGUAGEM

No livro “*Aids e suas metáforas*”, SONTAG faz “*uma releitura da doença como metáfora*”, argumenta que é impossível pensar sem metáforas e ao mesmo tempo defende a necessidade de “*tirar de circulação algumas delas*” (SONTAG, 1989) no que se evidencia uma posição política em relação ao problema AIDS/linguagem, inscrevendo-se, portanto, no âmbito do politicamente correto.

Antes de chegar às várias metáforas da AIDS, lembra que, nos primórdios da medicina ocidental, os gregos já pensavam a doença e o corpo metaforicamente, assimilando inclusive outras formas de conhecimento fora da medicina, como a arte, mas é inspirando-se nos conceitos militares que se construiu o conceito de doença, definindo-a como um “invasor do corpo”, inimigo que teria de ser eliminado, constituindo-se assim a “metáfora militar”, norteadora do campo da medicina. Essa visão muito geral seria mais especificada, no início do que chama pensamento médico moderno, segundo o qual o invasor do corpo não seria mais a doença e sim os microorganismos causadores da doença:

“*A doença é encarada como invasão de organismos alienígenas aos quais o organismo reage com suas próprias operações militares, tais como a mobilização de “defesas” imunológicas, e a medicina passa a ser “agressiva” como na linguagem da maioria das quimioterapias*”.(SONTAG,1989).

A história da medicina do nosso século é rica em “guerras” contra doenças como por exemplo “guerra às moscas”, uma campanha contra a tuberculose na Itália do começo do século. No caso brasileiro, uma campanha que erradicou a *varíola*, na década de 60, usava um instrumento chamado “pistola” para vacinar e coincidência ou não, tinha como vacinadores soldados do exército. Uma “guerra perfeita” e vitoriosa...

Um exemplo da história do Ceará de 1862, exprime claramente o discurso militarizado da doença. Conforme relata NOGUEIRA, uma epidemia de cólera “*atacou*” muitas localidades da então Província do Ceará, matando cerca de 13.000 pessoas. Na vila da Telha, hoje município de Iguatu, a “*invasão epidêmica*” matou mais gente na zona rural “*onde não havia recurso algum para combater o mal*” (NOGUEIRA, 1962).

Um outro historiador, R. Batista Aragão referindo-se ao mesmo fato diz que a Vila da Telha padecia duramente dessa enfermidade, não apenas em termos de pânico, mas “*a sofrer baixas em expressivos quantitativos*”. Refere-se assim a atitude do vigário e de seu coadjutor diante da “*invasão*”: “*Abandonaram os indigitados coléricos, quando estes necessitavam de apoio e procuraram homiziar-se onde presumivelmente os “maus ventos africanos” não os molestariam*.” (ARAGÃO, 1997).

Este exemplo evidencia o uso da metáfora militar: a doença era um “invasor”, um “mal”, “um inimigo” a ser “combatido” e os doentes “abandonados” no “território invadido” como soldados fora de combate. Os religiosos fugiram do “combate”, “homiziar-se”. Por último, a estigmatização também presente através da expressão “maus ventos africanos”, que também é uma consideração da doença como o “invasor estrangeiro”, portanto, inimigo com quem os padres teriam evitado um “confronto”, por não quererem expor seus “arsenais imunológicos”.

A metáfora militar relacionada à doença tem consequências sociais muito graves:

“*As metáforas militares contribuem para estigmatização de certas doenças e, por extensão, daqueles que estão doentes*” (SONTAG, 1989). Aí em nome do “bom combate” ao inimigo (a doença), combate-se também com as “armas” do preconceito, o doente. Neste caso também se inclui a AIDS porque essas metáforas “*Provocam uma mobilização excessiva, uma representação exagerada e dão uma contribuição de peso para o processo de excomunhão e estigmatizam o doente*”. (SONTAG, 1989)

Desde os primeiros casos de AIDS, nos Estados Unidos, no início dos anos 80, a “excomunhão” e a

“estigmatização” já se pronunciavam e se pronunciavam com muita força por diversas razões, mas principalmente pela associação imediata com homossexualismo, posteriormente com uso de drogas ilegais injetáveis, mais adiante pelo fato de acometer populações do terceiro mundo como haitianos e africanos, neste último caso, entrando o componente racista. (BLOUIN, 1987).

Como os homossexuais, inicialmente, eram os mais atingidos pela AIDS, a doença chegou a ser chamada de “peste gay”. Outros segmentos sociais também viriam a se infectar: os hemofílicos, usuários de drogas, etc. dando origem ao conceito de “grupos de risco”, que seriam os únicos a serem “ameaçados” pela doença e que também representariam uma “ameaça” aos demais integrantes da espécie humana “naturalmente imunes”. Esse equívoco durou alguns anos, até que ficou claro que todo ser humano estaria igualmente em risco de se infectar, visto que se confirmaram outras possibilidades de transmissão do vírus HIV.

Esvaiu-se, desse modo, o frágil sentido de grupo de risco, pois as pesquisas chegaram à conclusão de que a infecção pelo vírus não era um “castigo” a pessoas ou grupos específicos. Entrou em cena então o “comportamento de risco” um conceito do tamanho da humanidade, pois a ciência já havia detectado a infecção por HIV através de transfusões de sangue, uso compartilhado de agulhas/seringas, relações sexuais sem proteção e por mãe portadora do vírus, durante a gravidez, no parto ou no aleitamento.

Antes dessa nova revelação das pesquisas médico-científicas, o mundo testemunhou a censura, condenação, exclusão de segmentos sociais tidos como potenciais portadores e transmissores do vírus da AIDS: homossexuais, usuários de drogas, hemofílicos, estrangeiros, africanos, moradores de países do terceiro mundo e até a figura do desconhecido. Perda de espaço na família e na sociedade, desemprego, recusa de atendimento em hospitais foram alguns dos muitos problemas enfrentados por aqueles que estavam com o HIV/AIDS ou eram “suspeitos” por pertencerem a algum “grupo de risco”.

Nos Estados Unidos, um candidato a prefeito de Houston incluiu em seu plano de governo “eliminar os pederastas” para “banir” a AIDS, enquanto no Texas o homossexualismo foi tornado “ilegal”. Estrangeiros e “grupos de risco” na França enfrentaram um projeto do nativista e racista extremado Le Pen que considerava a AIDS “um perigo estrangeiro” e recomendava o exame de HIV em todo o país, com a imposição de quarentena a todos os portadores do vírus. (SONTAG, 1989).

No Brasil, um encarte publicado pela *Revista Família Cristã* de número 326 chegou a sugerir “evitar relacionamento sexual com pessoas suspeitas ou que fazem parte dos grupos de risco”.

A idéia de “grupos de risco”, já superada no campo da ciência, acabou sendo indiretamente retomada recentemente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,

CNBB, que publicou um documento manifestando sua crença na “imunidade” da “fidelidade conjugal”, apesar de um crescimento alarmante do número de mulheres infectadas por maridos e namorados tidos como “fiéis” até o dia do teste laboratorial. E isso numa situação em que estão em jogo também outros valores culturais, além dos religiosos. É importante registrar que há outras posições dentro da própria Igreja Católica que não entendem o problema numa perspectiva mais ampla e são favoráveis à adoção de medidas preventivas e contrapõem-se a atitudes preconceituosas ou dogmáticas em relação a AIDS.

A AIDS é uma doença “que leva pessoas a serem consideradas doentes antes de adoecerem, que produz uma série aparentemente inumerável de doenças-sintoma; para a qual só há paliativos; e que leva muitos a uma espécie de morte social que precede a morte física...” (SONTAG, 1989) um terreno fértil de metáforas médicas, políticas, religiosas etc. e de discriminação e estigmatização, constituindo-se, também numa questão aberta a uma discussão sob a perspectiva do discurso-comportamento politicamente correto.

4 OS NOMES E AS FALAS DA “PESTE”

Os meios de comunicação, através dos noticiários, foram os responsáveis pela disseminação de muitos termos relacionados com a AIDS a partir das primeiras evidências oferecidas pela medicina e de referências culturais dos mais diversos matizes. Tem sido assim com as novidades que viram notícia e com o próprio processo neológico em muitos casos, como ressalta Ieda Maria Alves: “*Todos criam mas a comunicação de massa cria e difunde mais. É aí que se banaliza a linguagem técnica*” (ALVES, 1990).

As novidades da medicina também chegam à linguagem, pela via neológica. Neste trabalho, adota-se genericamente a neologia, em vez da neomínia, porque não se pretende uma discussão sobre a constituição dos termos sob a ótica da terminologia científica, mas uma abordagem sobre o uso social de termos ou expressões. Os neologismos surgem a partir de mecanismos próprios da língua (autóctones) ou itens lexicais de outros sistemas lingüísticos (ALVES, 1990). Uma unidade léxica passa a ter caráter neológico à medida em que é interpretada pelo receptor e, portanto possibilita a comunicação. O neologismo pode ser fonológico, criação de léxico com significante novo, inédito; onomatopaico, a partir de sons já existentes; sintático que combina elementos já existentes no sistema lingüístico português. (ALVES, 1990).

A composição por sigla ou acronímica, neologismo sintático, resulta da lei da economia discursiva, que consiste em reduzir o sintagma para tornar mais simples e eficaz a comunicação (ALVES, 1990).

Lingüísticamente a AIDS nasce como um neologismo acronímico a partir da expressão em inglês *Acquired Immune*

Deficiency Syndrome. Da soma da primeira letra de cada palavra da referida expressão, resultou a sigla que se transformou num neologismo em inglês: AIDS. O termo AIDS veio para o português como empréstimo, com a tradução seguindo a estrutura do português: Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida.

Em princípio, o novo termo seria SIDA, como ocorre no espanhol, no francês e mesmo no português falado em outros países que não o Brasil. Não se conhece uma posição definitiva sobre as razões que levaram o Brasil a adotar a sigla conforme a estrutura do inglês, divergindo dos demais países da América Latina e do Caribe. Mas certamente a grande influência da língua inglesa no português brasileiro atual e dos Estados Unidos na vida sócio-cultural e econômica do Brasil não são fatores desprezíveis.

Como ressalta ALVES, “*Contemporaneamente, é sobretudo da língua inglesa que o português tem recebido empréstimos, particularmente abundantes nos domínios técnico e científico*” (ALVES, 1990). Uma outra contribuição para tal decisão pode estar relacionada com o poder dos próprios organismos internacionais nas suas relações com o Brasil. A Organização das Nações Unidas fez sua opção pela sigla em inglês. O próprio Banco Mundial, uma espécie de superego da economia brasileira mantém dois contratos de empréstimos com o Brasil para prevenção à AIDS, que receberam “a designação simplificada de AIDS I e AIDS II”, conforme publicação do Ministério da Saúde do Brasil. O vírus causador da AIDS, *Human Immuno Deficiency Virus*, ficou em português, espanhol e francês: Vírus da Imunodeficiência Humana, VIH, mas no Brasil chama-se HIV, fato lingüístico coerente com a adoção anterior do termo AIDS.

No entanto, AIDS não parece ser mais um termo que remeta obrigatoriamente à sua origem/explicação (Síndrome da Imunodeficiência Humana – em português ou em inglês), mas uma palavra pronunciada e entendida por todos quantos falam o português no Brasil, tendo pois autonomia significativa e podendo passar por processos derivacionais. Já o nome do vírus, HIV (inglês) ou VIH (francês, espanhol e português, exceto no Brasil) não é um exemplo de formação de palavra, visto que sua organização não segue “*os padrões silábicos da articulação de palavras do português*” (MONTEIRO, 1986), pronunciando-se H.I.V ou V.I.H., sendo geralmente traduzido por “vírus da AIDS”, principalmente nos noticiários.

Em torno da própria descoberta científica do vírus houve uma disputa internacional entre a França, cujos estudos conclusivos datam de 1983 e EUA que descobriu o vírus em 1984. A descoberta seria francesa, mas predominou a força dos Estados Unidos que se presenteou com um pioneirismo que não tinha, mas garantiu reserva de mercado para os produtos que surgiram a partir do isolamento do vírus HIV.

Os detalhes extralingüísticos aqui destacados reafirmam o caráter inevitavelmente ideológico do signo, e, portanto, a relatividade do discurso politicamente correto. Afinal, a própria constituição do léxico obedece a condicionamentos econômicos, culturais e históricos (VILELA, 1995).

5 UM GLOSSÁRIO POLITICAMENTE CORRETO?

A cada caso de AIDS revelado, a cada passo da medicina e da pesquisa científica, novas expressões e sentidos diferentes foram se construindo conforme a realidade social e histórico-cultural dos enunciadores:

“Uma doença estranha; sentença de morte; peste gay; mau do terceiro mundo; doença dos negros; mau africano; mau dos haitianos; castigo divino; punição pela perversão sexual; consequência da promiscuidade sexual; doença dos viciados em drogas; mau de estrangeiros; ameaça do terceiro mundo; doença de desconhecidos...”

Sem a pretensão de exaustividade, buscou-se aqui, com esse rol de falas sobre a AIDS vistas e ouvidas em inúmeras situações enunciativas, demonstrar que a AIDS, em duas décadas, não somente atingiu todas as camadas sociais, no mundo inteiro, como foi sendo enunciada de formas diferentes, dependendo de fatores sociais, políticos, econômicos, religiosos, morais, éticos, comerciais, geográficos, científicos etc.

A partir das inúmeras formas de enunciação da AIDS é possível perceber como a sociedade em movimento incessante, faz a história, paralelamente construindo e reconstruindo a linguagem. À medida em que vai construindo ou destruindo objetos na realidade social o homem realiza também atos de nomeação, apropriando-se de mecanismos lingüístico-discursivos, portanto também culturais, históricos e sociais.

A discussão que se faz aqui não pretende fixar-se na análise de palavras isoladas da realidade histórica em que são criadas e usadas, mas tê-las dentro de referências discursivas, visto que “*O discurso é produto humano-social, portanto sujeito às variações do humor, do gosto, do saber, do desejo, do poder, do ser em sociedade e em individualidade, com todas as suas variantes*” (MILHOMEM, 1993).

E como diz BACCEGA: “*Afinal, um signo só significa no jogo dos discursos, os quais só significam nas inter-relações que se estabelecem*”. (BACCEGA, 1993).

É nesse “jogo discursivo” que se deve entender qualquer esforço contrário a certas metáforas relacionadas com a AIDS, ou por outra, é esse o caminho que pode levar ao entendimento do politicamente correto, certamente que não como modelo de patrulhamento lingüístico-comportamental,

mas como uma forma de associar à ação político-social concreta a ação linguística e conseqüentemente a interação pela linguagem.

Para SONTAG, os sentimentos de culpa e de vergonha e os preconceitos alimentados a partir da AIDS justificariam a importância de busca de novos sentidos para a doença, não somente afastando as metáforas, desagradáveis, preconceituosas, discriminadoras mas desmascarando-as, criticando-as, atacando-as, desgastando-as. (SONTAG, 1989).

Dentre as muitas tentativas de mudança de comportamento social e lingüístico em relação à AIDS, no Brasil, escolheu-se para este trabalho a publicação do Ministério da Saúde: *“AIDS, leia antes de escrever. Por se tratar de um guia destinado a profissionais de comunicação, que explicitou um objetivo: atender “(...)A necessidade de tornar claros alguns termos ou conceitos cujos significados ainda são pouco conhecidos, para assim contribuir com esse esforço de bem informar.”*

O glossário reúne 163 termos, não fala exclusivamente de AIDS, mas de temas afins: as DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) orientação sexual, saúde reprodutiva, métodos preventivos e contraceptivos dentre outros assuntos considerados relevantes para quem desenvolve atividades de comunicação voltadas para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A análise que aqui se faz restringe-se aos termos que se referem diretamente à AIDS, incluídos no manual.

Embora na apresentação o Ministério diga que *“não tem a pretensão de ensinar aos profissionais de comunicação como abordar a questão da AIDS,”* mas *“prestar esclarecimentos técnicos sobre esse grave problema sanitário”*, é inegável que um guia tem de fato uma função pedagógico-normativa. O manual, cujo título constrói-se imperativamente: *“(…) Leia antes de escrever”*, deixa clara sua expectativa:

“Ser útil àqueles que fazem da informação a matéria-prima de seu trabalho e que, através de termos adequados, os profissionais de comunicação possam seguir colaborando junto com o governo, as organizações não-governamentais e a iniciativa privada, na luta e parceria séria e solidária à qual todos somos chamados para diminuir o preconceito e tornar a vida dos portadores cada vez mais saudável.”(AIDS, leia antes de escrever).

Certamente o guia dá mostras de preocupação com o discurso-comportamento politicamente correto³, quando se refere a *“tornar claros termos e conceitos”* e a definição de *“conceitos adequados”* para *“contribuir com o esforço de bem informar”*. O politicamente correto não reina absoluto na linguagem, mas é um dado da realidade lingüística e po-

tencialmente pode presentificar-se nos discursos sociais para ser afirmado, para ser negado ou para alimentar alguma estratégia discursiva.

O glossário estrutura-se como uma lista de termos seguidos de suas respectivas definições que podem ser representadas simbolicamente por *“X é Y” = Definição*. Rigorosamente algumas definições fazem a opção por um sentido, excluindo outros, e isso certamente tem um caráter inicialmente impositivo, mas nas práticas lingüísticas, no jogo da linguagem, uma definição pode não ser a última palavra. Um guia tem caráter normativo, mas isso é algo muito diferente de se começar uma caça aos *“infratores”* tendo o guia como instrumento punitivo.

Um outro aspecto importante é a posição em que se coloca o Ministério da Saúde, necessariamente tomando a palavra na condição de autoridade, com o poder de escolher os termos *“adequados”* e *“definí-los”* para contribuir para *“o bem informar”*. E, como se sabe, ao tomar a palavra cada sujeito assume uma posição/formação discursiva que é social, política, histórica e ideológica, desenvolvendo-se um jogo em que a ninguém cabe a posse do sentido, embora cada interlocutor busque realizar objetivos na interação com o outro, e, até mesmo *sonhe* com a imposição de uma linguagem politicamente correta.

6 O TERMO PROSCRITO

A discriminação, o preconceito, a exclusão que aparecem na linguagem são apenas a parte visível, materializável lingüisticamente de uma cultura, de relações sociais, de conflitos ideológicos, de escolhas políticas ocorridas ao longo da história de uma sociedade.

Quem é adepto do politicamente correto, militante de tendência extremista, pode buscar na linguagem os meios para o patrulhamento lingüístico-comportamental. Ações nessa direção ocorrem hoje freqüentemente, nos Estados Unidos, berço do politicamente correto, e também no Brasil. Segmentos sociais constroem ou adotam determinados nomes em substituição a termos estigmatizantes, pejorativos etc. E vão à luta numa espécie de *“mercado discursivo”* estabelecendo concorrência para tirar de circulação os termos marcados, indesejáveis, humilhantes. O confronto muitas vezes extrapola o campo do discurso – que já não é mesmo socialmente isolado – chegando a delegacias de polícia e tribunais.

Claro que toda e qualquer forma de preconceito deve ser condenada em benefício da própria dignidade humana, inclusive atitudes preconceituosas que se manifestam pela linguagem, mas sem que se ponha risco no direito a expressão.

³ Ao longo deste trabalho estamos utilizando *discurso-comportamento politicamente correto*, conforme BORGES (1996).

Os discursos sobre a AIDS são uma demonstração de como o que aparece na linguagem não é algo que se restringe a ela, ou por outra, que o sentido não está depositado nas palavras ou que estas possam ser tomadas como entidades isoladas da história.

Quando alguém atribuiu à AIDS o nome de “peste gay” mobilizou subsídios culturais de uma sociedade que discrimina e até reprime e criminaliza a orientação sexual fora dos padrões ditos tradicionais e deve ter levado em conta um fato aparente naquele momento: a AIDS só atingia homossexuais masculinos.

As mudanças em relação ao aparecimento do HIV-AIDS foram se concretizando, com novos casos em hemofílicos que recebiam doação de sangue, heterossexuais e usuários de drogas, nascendo daí a idéia e o termo “grupos de risco”, onde entrariam em seguida os negros, os estrangeiros, os africanos... todos segmentos vítimas de algum tipo de discriminação.

A ciência, especialmente o campo da medicina, teve que enfrentar o desafio de investigar o microorganismo causador em profundidade e ao mesmo tempo perseguir meios de prevenção e cura. Não demorou muito e descobriu-se que a AIDS não escolhe suas vítimas, qualquer um pode ser infectado pelo HIV, não por conta de sua condição racial, econômica, social, religiosa, sexual etc. mas dependendo de atitudes individuais e coletivas de prevenção e de medidas mais abrangentes como controle de qualidade nos bancos de sangue e políticas governamentais de educação.

Daí em diante, a medicina já não seria a mesma, a visão coletiva do problema da AIDS já não caberia nos limites da estigmatização e a linguagem também não teria motivos para cristalizar-se em conceitos e preconceitos social e historicamente produzidos e não apenas lingüísticamente como uma noção equivocada do politicamente correto poderia sugerir. E isso talvez não deva ser explicado somente pelo ângulo do politicamente correto.

Nos primeiros anos de existência da AIDS, um adjetivo era usado genericamente para denominar pessoas que vivem com HIV-AIDS: AIDÉTICO. Na imprensa e em trabalhos científicos essa denominação é encontrada sem aparente pejoratividade. A própria SONTAG, insuspeita pela sua tentativa de combate a metáforas indesejáveis, usa o termo AIDÉTICO no seu livro *A AIDS e sua metáforas*. O Guia do Ministério da Saúde inclui a palavra AIDÉTICO e define como “*Expressão usada para identificar os doentes com aids*”, mas acrescenta a seguinte observação que implicitamente sugere a proscricção: “*As ONG AIDS no Brasil e a CN-DST/AIDS combatem e discordam deste termo, pelo caráter pejorativo e discriminatório que passou a associar-se a ele*”.

Ao afirmar que o politicamente correto não era suficiente para explicar a tentativa de proscricção do termo AIDÉTICO, tinha-se por referência situações anteriores, como a dos hansenianos, nome que substituiu o adjetivo “leproso”,

referente a quem tem lepra. Neste caso, já antigo, a doença mudou oficialmente de nome para HANSENÍASE, numa referência ao médico norueguês Gerhard Armauer Hansen, responsável pela descrição da doença em 1874. O nome anterior, lepra, era relacionado ao *mycobacterium leprae*, causador da doença. O derivado LEPROSO, além do sentido de “pessoa que tem lepra” recebeu outras conotações como: morfético, garro, lazarento, lazariado, hanseniano e por extensão noventa, asqueroso, repugnante, conforme registra o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Os doentes de hanseníase eram excluídos do convívio com a população “sadia” e tinham que viver em leprosários, colônias construídas em lugares distantes das cidades. É uma história bastante conhecida, cujo desfecho foi a opção pelos termos hanseniano e hanseníase, para banir das práticas lingüísticas termos inaceitáveis e que atentavam contra a dignidade humana, como lepra e leproso.

No entanto, o preconceito está longe de ter desaparecido da sociedade. Numa cidade do Ceará, em 1999, um cidadão que teve hanseníase havia anos e por isso perdera as impressões digitais, procurou o setor do Instituto de Identificação, numa prefeitura municipal, e acabou recebendo uma carteira de identidade com a frase: “*Portador de hanseníase*”, uma justificativa do funcionário para a ausência das impressões digitais. Deu escândalo na mídia e as tradicionais declarações de autoridades empenhadas em “coibir o abuso”, mas foi uma confirmação de que rebatizar o problema não é o bastante, embora possa colaborar para mudanças. A proscricção de um nome estigmatizante *alivia*, para usar um termo comum na área da medicina, mas é somente uma parte realizada de um desejo maior de mudança social mais ampla.

Seria pouco provável que a AIDS surgisse sem que as instituições médicas e a imprensa, com base em regras próprias da língua criassem substantivos e adjetivos referenciados nessa nova realidade. A AIDS de sigla passou a substantivo e AIDÉTICO um adjetivo derivado, significando “pessoa com HIV/AIDS”. O adjetivo caracteriza, especifica ou qualifica, enquanto o substantivo designa, sendo o método mais simples de efetuar uma designação, tomar uma palavra caracterizadora (adjetivo) e usá-la como designadora (substantivo).” (BASÍLIO, 1995).

Essa regra aplicada ao caso do adjetivo AIDÉTICO tem conseqüências que o usuário da língua intuitivamente percebe para justificar a rejeição ao termo. Dizer que uma pessoa “vive com HIV/AIDS” é reconhecer aí um dado em relação a vida da pessoa, chamá-la de AIDÉTICA, numa frase do tipo: X é AIDÉTICO é uma caracterização. Mas dizer “O AIDÉTICO é Y” é transformar o termo em substantivo, portanto, designar, dando prioridade ao fato de estar a pessoa X com HIV/AIDS, secundarizando a condição de pessoa com todos os seus demais predicados. E admitindo o termo AIDÉTICO, adjetivo, fica aberta a possibilidade de um substantivo AIDÉTICO, pela regra agora resu-

midamente citada. E o termo há muito tempo deixou de ter o sentido de pessoa portadora do HIV/AIDS, admitindo-se que isso possa ter acontecido realmente. A pejoratividade foi historicamente se associando ao termo .

Nos anos 80, uma pessoa que perdesse peso de forma radical por qualquer motivo, não raro, era chamada de “aidética”. Quantos não foram os boatos reproduzidos pela imprensa em geral ou especializada em fofocas? O ex-presidente da República, Fernando Collor de Mello, que num dado momento sofreu uma grande perda de peso, teve que fazer uma pausa numa entrevista coletiva em rede nacional de TV para dizer que não estava com AIDS, respondendo a uma pergunta de uma repórter sobre um boato que circulava pelo país, segundo o qual , o Presidente estaria com AIDS. É mesmo quando a palavra AIDÉTICO parecia não ter ganho a conotação pejorativa de forma tão explícita, o líder conservador francês Jean Marie le Pen deu essa conotação ao atacar seus adversários chamando-os de “SIDATIQUES” (SONTAG, 1989). Se o seu discurso estivesse orientado para conotações positivas, certamente o líder francês não atribuiria o termo a adversários.

O guia do Ministério da Saúde, mesmo tendo registrado o termo AIDÉTICO como uma possibilidade, não usa em nenhuma outra situação, preferindo expressões descritivas como: CRIANÇAS VÍTIMAS DE AIDS ou palavras como SOROPOSITIVO, SORONEGATIVO e PORTADOR.

Tal atitude pode ser relacionada ao politicamente correto, especialmente com a constatação da presença da expressão: TRABALHADORES(AS) DO SEXO, em vez de “prostituto(a)”, ou USUÁRIO DE DROGAS INJETÁVEIS em vez de “viciados em drogas pesadas” que levaria a uma avaliação muito mais negativa de quem usa droga. O primeiro caso é típico do uso politicamente correto que tenta o “*combate ao androcentrismo da língua*”, para evitar problemas com “as brasileiras e com os brasileiros” como tratamento adotado pelo Presidente da República, José Sarney que abria seus discursos sempre se dirigindo às “brasileiras e brasileiros”.

Em relação à AIDS, muitos grupos atuam no combate ao preconceito, inclusive lingüístico, mas que não aparentam atribuir ao politicamente correto uma força transformadora extraordinária. Pelo contrário, tais grupos assumem o conflito no campo da linguagem mas paralelamente agem em diversas outras frentes de luta contra a AIDS e os preconceitos.

É assim com a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, RNP+/Brasil criada em 1995, por 10 pessoas soropositivas:

“Precisamos ter visibilidade para agirmos como agentes transformadores e formadores de opinião, a fim

de cessarmos com a discriminação que ainda existe em todo o país e no mundo. Não basta estarmos bem informados. É preciso interiorizarmos as questões da AIDS e fazer uso de nossos direitos” (BOLETIM 3+PLUS, Ano I – no. 1)

Detalhando mais seus objetivos a RNP+/Brasil diz que “A RNP+ quer deixar para a humanidade uma história de lutas, solidariedade, vontade política, conquistas e vitórias, sabedoria e muito amor” (BOLETIM 3+Plus, Ano I, no. 1).

De fato, os portadores do HIV/AIDS aliam ao discurso uma série de práticas coerentes com os propósitos aqui citados: eles pressionam autoridades de saúde por assistência e medicamentos, fazem trabalhos educativos e querem garantia de direitos como emprego e renda, com criação de alternativas de trabalho. Mas ainda que não sejam chamados de AIDÉTICOS como antes, o fato de ser SOROPOSITIVO reacende igualmente a discriminação e portas se fecham, inclusive no mercado de trabalho, como revelou o jornalista Francisco Pedrosa, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, em Fortaleza.⁴

7 CONCLUSÃO

O discurso politicamente correto tem méritos a serem reconhecidos se considerarmos que através da linguagem muitas formas de discriminação presentes na sociedade são atualizadas, com conseqüências às vezes muito graves para pessoas e/ou grupos sociais.

Mas não pode ser considerado uma solução definitiva para a realidade social em si, visto que a experiência humana demonstra que a mudança de nome não tem uma relação direta com uma mudança de atitude ou com a abolição de valores considerados ofensivos.

A AIDS, assim como outras doenças, em outros tempos, foram fontes de inúmeros neologismos, muitos deles considerados ao longo da história tão ofensivos que foram oficialmente extintos. Tais mudanças no campo da linguagem podem, de fato, aliviar um pouco a situação estigmatizante de que são vítimas milhões de pessoas, mas precisam ser acompanhadas de mudanças nas relações sociais, onde estão implicados aspectos políticos, econômicos, religiosos, éticos, culturais e ideológicos.

Os que militam em algum movimento de combate a discriminação precisam estar cientes de que junto com as preocupações lingüísticas devem-se colocar as lutas por uma sociedade efetivamente livre de injustiças e preconceitos, capaz de fazer valer o respeito às diferenças.

Vale ressaltar ainda que o surgimento, uso e desuso de palavras não são controláveis por meios autoritários. É no jogo da linguagem que a linguagem se dinamiza, se cons-

⁴ Entrevista ao autor em maio de 2000 em Fortaleza.

trói e se reconstrói, sendo portanto toda e qualquer palavra parte de um processo amplo: a história social em permanente movimento. E é nesse movimento que o homem constrói objetos, se constrói a si mesmo e partilha a construção dos sentidos.

8 BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ieda Maria. (1990) *Neologismo: criação lexical*. São Paulo, Ática .
- ARAGÃO, R. Batista. (1998) *Iguatu – História*. Fortaleza, Copcultura.
- BACCEGA, Maria Aparecida. (1993) *Palavra, objeto social*. Princípios nº. 30, agosto-outubro, São Paulo, ed. Anita.
- BASÍLIO, Margarida. (1995) *Teoria Lexical*. São Paulo, Ática.
- BOLETIM 3 + PLUS*. Ano I, no. 1. São Paulo, UNAIDS E gnp+ s/d.
- BLOUIN, Claude B. (1987) *AIDS, informação e prevenção, imprensa e medicina em busca de respostas*. São Paulo, Summus.
- BORGES, Luiz Carlos. (1996) A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas(31): Jul./Dez . Pag. 109-125.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO À AIDS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – GAPA – MG. Manual para prevenção e educação em AIDS s/d.
- MILHOMEM, Luciano. (1993) *A morte enunciada – análise do discurso no texto jornalístico*. Brasília, Mestrado em Comunicação e Cultura.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *AIDS, leia antes de escrever*. Brasília, Imprensa Editorial Ltda. s/d.
- MONTEIRO, José Lemos. (1986) *Morfologia portuguesa*. Fortaleza, Edições UFC.
- NOGUEIRA, (1962) Alcântara. *Iguatu (Memória sócio-histórico-econômica)*. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará.
- PAIS & FILHOS, No. 326. AIDS (encarte).
- SADER, Emir. (1993) Os nossos guris. in: *Teoria & Debate*, 1º Semestre, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, Pag. 57-60.
- SONTAG, Susan. (1989) *Aids & suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VILELA, Mário. (1995) *Léxico e Gramática*. Coimbra, Livraria Almedina.